

## 8 Equipamentos de Utilização Colectiva

### 8.1 Saúde

A rede de equipamentos de uso colectivo direccionados para a prestação de cuidados ao nível da saúde existentes no território nacional e no município de Lisboa, em particular, encontram-se sintetizados no **QUADRO 1**.

**QUADRO 1 - Equipamentos de Saúde**

|      | Nº de Hospitais (oficiais e privados) |               |        | Centros de Saúde |               |        | Extensões dos Centros de Saúde |               |        | Farmácias |               |        |
|------|---------------------------------------|---------------|--------|------------------|---------------|--------|--------------------------------|---------------|--------|-----------|---------------|--------|
|      | Portugal                              | Grande Lisboa | Lisboa | Portugal         | Grande Lisboa | Lisboa | Portugal                       | Grande Lisboa | Lisboa | Portugal  | Grande Lisboa | Lisboa |
| 1992 | 215                                   | 66            | 48     | 384              | 45            | 26     | 2.017                          | 103           | 39     | 2.502     | 556           | 93     |
| 1993 | 207                                   | 59            | 41     | 383              | 43            | 24     | 2.080                          | 127           | 41     | 2.515     | 558           | 340    |
| 1994 | 202                                   | 58            | 42     | 388              | 43            | 24     | 2.052                          | 116           | 41     | 2.520     | 559           | 340    |
| 1995 | 200                                   | 58            | 41     | 383              | 36            | 17     | 2.014                          | 101           | 38     | 2.528     | 559           | 340    |
| 1996 | 211                                   | 59            | 41     | 382              | 36            | 17     | 2.042                          | 118           | 42     | 2.532     | 559           | 340    |
| 1997 | 215                                   | 58            | 40     | 386              | 36            | 17     | 2.076                          | 118           | 40     | 2.539     | 560           | 340    |
| 1998 | 215                                   | 58            | 40     | 388              | 36            | 17     | 2.016                          | 113           | 41     | 2.544     | 560           | 340    |
| 1999 | 215                                   | 58            | 40     | 390              | 37            | 17     | 1.966                          | 101           | 34     | 2.546     | 560           | 340    |
| 2000 | ---                                   | ---           | ---    | 393              | 37            | 17     | 1.962                          | 103           | 35     | 2.560     | 563           | 339    |
| 2001 | 217                                   | 57            | 41     | 392              | 37            | 17     | 1.953                          | 104           | 35     | 2.556     | 561           | 333    |
| 2002 | 213                                   | 52            | 42     | 391              | 38            | 17     | 1.941                          | 111           | 31     | 2.566     | 569           | 321    |
| 2003 | 204                                   | 54            | 40     | 393              | 38            | 17     | 1.945                          | 112           | 31     | 2.693     | 593           | 314    |
| 2004 | 209                                   | 54            | 40     | 376              | 38            | 17     | 1.940                          | 111           | 32     | 2.759     | 604           | 311    |
| 2005 | 204                                   | 53            | 39     | 379              | 38            | 17     | 1.930                          | 108           | 30     | 2.775     | 605           | 308    |

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1993-2006

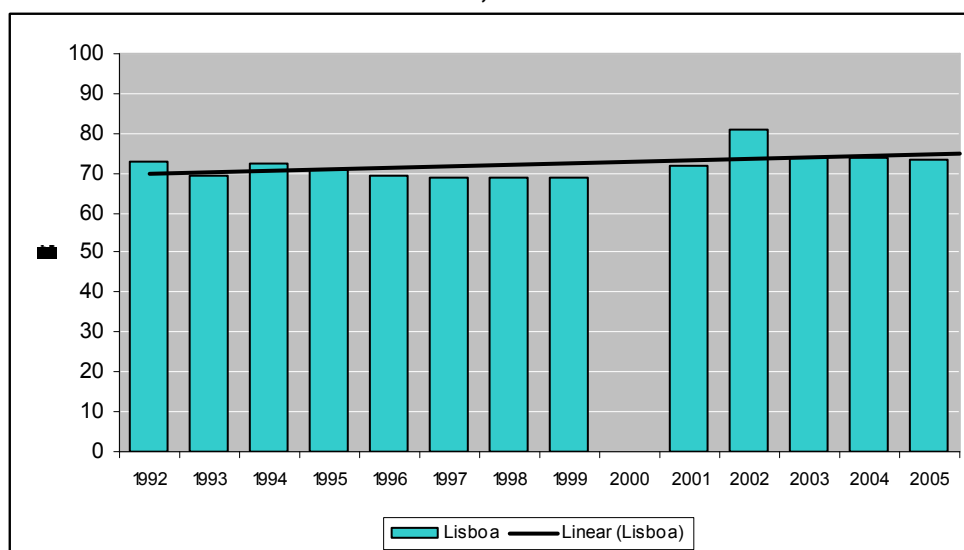
A rede de Centros de Saúde, direccionados essencialmente para a prestação de cuidados primários era constituída em 2005 por 379 Centros de Saúde distribuídos pelo território nacional, dos quais 10% concentravam-se na Região da Grande Lisboa e destes, aproximadamente, 45% localizavam-se no município de Lisboa.

Ao longo dos anos 90 e da primeira década do século XXI registaram-se algumas oscilações no número de Centros de Saúde existentes no contexto nacional, verificando-se contudo, uma maior estabilidade no quantitativo em funcionamento ao nível do município e da Região de Lisboa. A esta situação não é alheia algumas alterações impostas pela entidade que tutela estes equipamentos, no sentido de redefinir a rede de Centros de Saúde face à realidade demográfica existente.

Os cuidados de saúde secundários e terciários são oferecidos principalmente nos hospitais. Em 2005, existiam, em Portugal, 204 hospitais, dos quais 53 (26%) localizavam-se na

Grande Lisboa e destes, a grande maioria (74%), surge concentrada no município de Lisboa. Verificando-se que esta tendência mantém-se ao longo das duas décadas consideradas na análise (**FIG 1**), constatando-se, no entanto no ano de 2002, um maior peso relativo do número de hospitais na capital, face à região onde esta se insere, na ordem de aproximadamente 81%.

**Figura 1 – Peso do número de Hospitais existentes no Município de Lisboa face aos existentes na Grande Lisboa, 1992-2005**



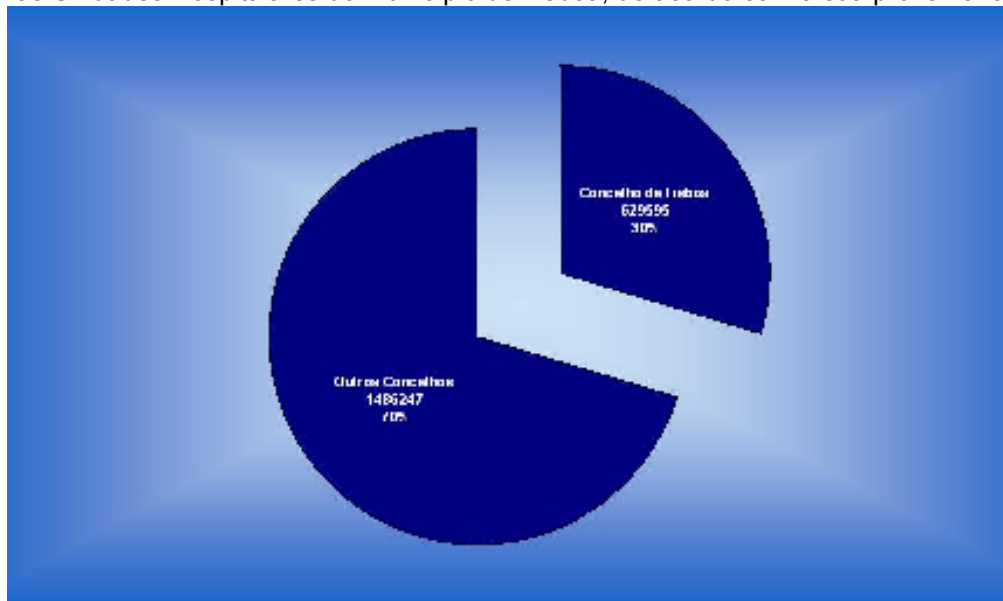
Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1993-2006

Não podemos descurar o facto de grande parte dos hospitais localizados no município de Lisboa apresentarem uma área de influência que ultrapassa os limites do seu território urbano. Neste sentido, considerou-se interessante apresentar uma estimativa da população residente, dentro e fora do município de Lisboa, que procura os serviços destas unidades hospitalares. A título exemplificativo, apresenta-se a estimativa de população por área de influência dos hospitais públicos de acordo com episódios de urgência geral (**FIG 2**).

Conforme se depreende pela leitura da **FIG 2** existem em Lisboa 5 unidades hospitalares da rede pública que oferecem serviços nesta valência, observando-se que o Hospital de S. José é o único que serve exclusivamente a população residente no município, fundamentalmente a das freguesias da sua área envolvente, coincidente grosso modo com a “Área Central de Lisboa”. Em relação às restantes unidades hospitalares, destaca-se a atractividade do Hospital Egas Moniz, nesta valência específica, face a alguns municípios da AML, mais concretamente os da Amadora, de Cascais, de Oeiras e de Sintra.



**Figura 3** – Estimativa da População que procura os serviços de Urgência Geral, nas Unidades Hospitalares do Município de Lisboa, de acordo com a sua proveniência



Fonte: INE, Censos 2001

[WWW.PORTALDASAUDE.PT](http://WWW.PORTALDASAUDE.PT)

De acordo com a estimativa efectuada verifica-se que o peso relativo da população proveniente de fora do município de Lisboa, que frequenta os hospitais públicos da cidade, na valência de Urgência Geral, é significativamente grande (70%), quando comparado com o correspondente à população proveniente do próprio município (30%) – **FIG 3**.

Recentemente foi considerada prioritária pela entidade governamental em exercício, uma mais adequada e assertiva intervenção ao nível dos cuidados continuados integrados, direccionada, fundamentalmente, para uma população-alvo que é idosa e dependente. A meta estabelecida prevê que a satisfação das necessidades deste segmento da população venha a atingir os 100% no período de 2013-2016. Actualmente existem na cidade de Lisboa 2 Unidades de Internamento de Cuidados Continuados, sedeadas em Instituições de cariz privado – Hospital da Luz (20 camas) e Residência S. João de Ávila do Instituto da Ordem Hospitalreira de S. João de Deus (26 camas), totalizando uma oferta de 46 camas de internamento, ao nível das valências de convalescença e de cuidados de média duração.

De acordo com diagnóstico efectuado sobre esta temática, contemplado na Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa (Julho 2008), a cidade de Lisboa, para ir ao encontro dos objectivos propostos para a meta estabelecida para o espaço temporal de 2006 a 2008,

necessita de 18 unidades de cuidados continuados de saúde, com as seguintes características: 14 com capacidade para 406 camas e 4 unidades com 95 lugares.

Relativamente à evolução do número de farmácias ocorrida no período considerado 1992-2005, verifica-se o seu progressivo aumento à escala nacional e à da Grande Lisboa. Não obstante, verifica-se que esta tendência não ocorre ao nível concelhio, observando-se a partir do ano de 2000 uma inversão no seu comportamento, caracterizado pelo decréscimo sucessivo dos quantitativos absolutos para cada um dos anos considerados. Apesar da Associação Nacional de Farmácias admitir não existir uma explicação plausível para este facto, julgamos que esta situação poderá estar relacionada com o decréscimo populacional registado no município, fundamentalmente na última década, e com o facto de ter havido alterações regulamentares em relação à capitação do número de farmácias. Neste contexto, atenda-se à portaria 936 A/99 de 22 de Outubro que defende que a capitação por cada uma das farmácias não deverá ser inferior a 4.000 habitantes.

De acordo com os Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo (1993-2006) (**QUADRO 2**), o rácio médicos por habitante tem vindo a aumentar no território nacional. Este aumento representou um acréscimo do número de médicos por mil habitantes de 2,9 em 1992 para 3,4 em 2005. Para a realidade da região de Lisboa e em particular para o município de Lisboa, os rácios apurados para cada um dos anos considerados revelam favoravelmente uma maior concentração de pessoal médico, francamente superiores aos registados a nível nacional. Destacando-se para a cidade de Lisboa a evolução do rácio de 10,0 em 1992 para 13,9 em 2005.

**QUADRO 2 – Indicadores de Saúde**

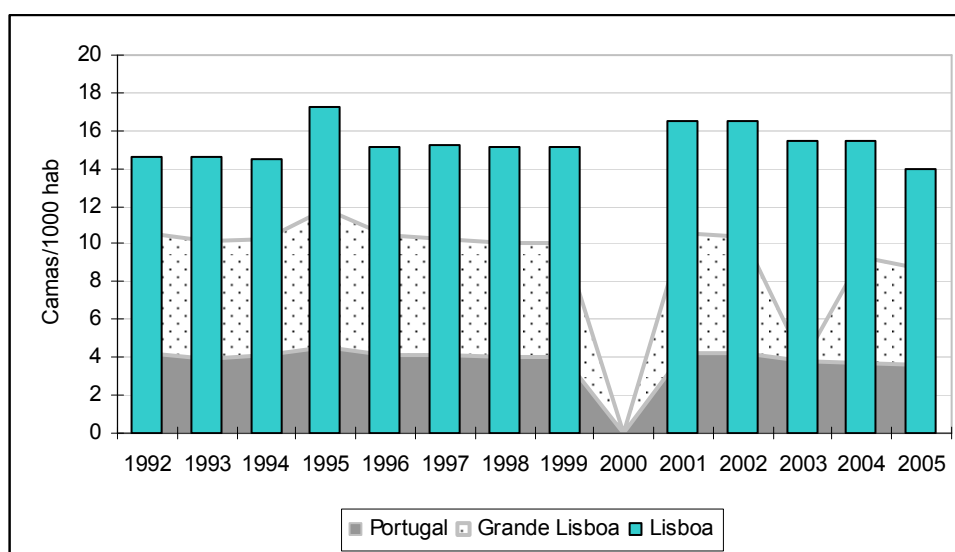
|      | Médicos /1.000 hab. |               |        | Enfermeiros /1.000 hab. |               |        | Camas Hospitalares /1.000 hab. |               |        | Farmácias/1.000 hab. |               |        |
|------|---------------------|---------------|--------|-------------------------|---------------|--------|--------------------------------|---------------|--------|----------------------|---------------|--------|
|      | Portugal            | Grande Lisboa | Lisboa | Portugal                | Grande Lisboa | Lisboa | Portugal                       | Grande Lisboa | Lisboa | Portugal             | Grande Lisboa | Lisboa |
| 1992 | 2,9                 | 5,9           | 10,0   |                         |               |        | 4,2                            | 6,4           | 14,6   |                      |               |        |
| 1993 | 2,9                 | 5,9           | 10,3   |                         |               |        | 3,9                            | 6,3           | 14,6   |                      |               |        |
| 1994 | 2,9                 | 5,9           | 10,6   |                         |               |        | 4,1                            | 6,2           | 14,5   |                      |               |        |
| 1995 | 3,0                 | 6,0           | 11,0   |                         |               |        | 4,6                            | 7,3           | 17,2   |                      |               |        |
| 1996 | 3,0                 | 6,0           | 11,5   |                         |               |        | 4,1                            | 6,4           | 15,1   |                      |               |        |
| 1997 | 3,1                 | 6,1           | 11,9   |                         |               |        | 4,1                            | 6,2           | 15,2   | 0,26                 | 0,31          | 0,61   |
| 1998 | 3,1                 | 6,2           | 12,6   |                         |               |        | 4,0                            | 6,1           | 15,1   | 0,25                 | 0,31          | 0,63   |
| 1999 | 3,3                 | 6,7           | 14,1   |                         |               |        | 4,0                            | 6,1           | 15,1   | 0,25                 | 0,30          | 0,66   |
| 2000 | 3,2                 | 6,1           | 12,0   |                         |               |        | --                             | --            | --     | 0,25                 | 0,30          | 0,59   |
| 2001 | 3,2                 | 6,2           | 12,4   | 4,0                     | 5,4           | 14,1   | 4,2                            | 6,4           | 16,5   | 0,25                 | 0,30          | 0,60   |
| 2002 | 3,2                 | 6,0           | 12,7   | 3,9                     | 5,0           | 13,6   | 4,2                            | 6,2           | 16,5   | 0,25                 | 0,29          | 0,73   |
| 2003 | 3,3                 | 6,0           | 13,0   | 4,2                     | 5,5           | 15,4   | 3,8                            | --            | 15,4   | 0,30                 | 0,30          | 0,60   |
| 2004 | 3,3                 | 6,0           | 13,5   | 4,3                     | 5,5           | 15,2   | 3,7                            | 5,6           | 15,4   | 0,30                 | 0,30          | 0,60   |
| 2005 | 3,4                 | 6,1           | 13,9   | 4,6                     | 5,9           | 17,5   | 3,6                            | 5,1           | 14,0   | 0,30                 | 0,30          | 0,60   |

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1993-2006

Embora com pouca informação disponível, verifica-se, igualmente, uma evolução positiva do número de enfermeiros por mil habitantes, para as escalas de análise consideradas - Portugal, Grande Lisboa e Lisboa. No caso particular da última, regista-se uma evolução bastante pronunciada, variando de 14,1 por mil habitantes em 2001 para 17,5 em 2005.

Embora os valores apresentados para cada um destes rácios revelarem uma tendência de melhoria dos recursos humanos disponíveis (médicos e enfermeiros) a prestar serviço nos equipamentos de saúde de utilização colectiva, ao longo das últimas duas décadas, de acordo com o INE, no contexto europeu, Portugal ocupa uma posição intermédia no que se refere ao número de médicos por mil habitantes e um dos mais baixos rácios de enfermeiros por mil habitantes (Anuário Estatístico de Portugal, 2005, pg 115).

**Figura 4 – Número de Camas nos Estabelecimentos de Saúde por 1.000 Habitantes, 1992-2005**



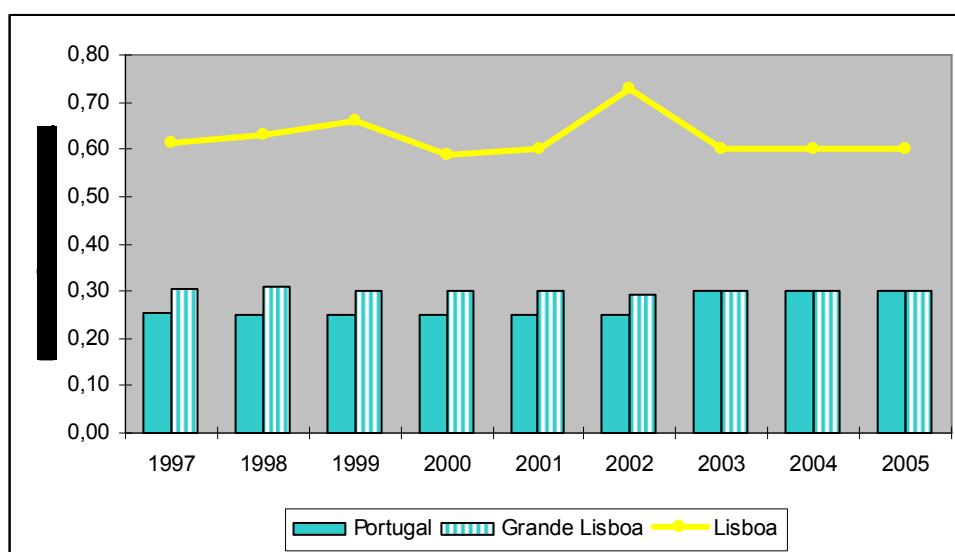
Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1993-2006.  
Nota: Inexistência de informação para o ano 2000.

Em relação à capacidade de internamento nos Estabelecimentos de Saúde, verifica-se que o rácio número de camas por mil habitantes apresenta uma tendência para uma diminuição ténue ao longo dos anos, notando-se, contudo, um decréscimo mais acentuado nos últimos três anos (2003; 2004 e 2005), ao nível do território nacional e da região de Lisboa (FIG 4). No caso particular do município de Lisboa, observa-se que não existe um padrão tão evidente no seu comportamento, reconhecendo-se algumas oscilações ao longo do período

considerado, salientando-se o ano de 1995 com o valor mais alto (17,2) e o de 2005 com o mais baixo (14,0).

Refira-se, ainda, que o rácio respeitante ao número de farmácias por mil habitantes reflecte, grosso modo, a tendência da evolução do número de farmácias anteriormente referida (FIG 5).

**Figura 5 – Número de Farmácias por 1.000 Habitantes, 1997-2005**



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1993-2006.

Por fim, não podemos deixar de referir que não sendo da responsabilidade da edilidade a resolução das carências sentidas e identificadas ao nível dos equipamentos de saúde, é crucial para esta entidade o conhecimento da realidade existente, na medida em que o seu diagnóstico permite uma avaliação qualitativa dos serviços prestados aos seus utentes em geral e à comunidade local, em particular.

## 8.2 Ensino

Tendo presente o diagnóstico efectuado sobre o equipamento de ensino existente no município de Lisboa que serviu de suporte para a definição das orientações estratégicas e concretas fundamentadas pela Carta Educativa de Lisboa (Março de 2008) e a informação estatística apresentada nas fichas (códigos 107 a 116) que constam deste relatório, são tecidas sumariamente algumas considerações:

A evolução do número de Jardins-de-infância da rede pública, para o período compreendido entre os anos lectivos de 1990/91 e 2007/08, revelam uma forte tendência para o seu crescimento, fundamentalmente a partir do ano lectivo de 1997/08. A este facto está subjacente o empenho do município de Lisboa em aderir ao Programa de Expansão do Pré-Escolar promovido pelo Ministério da tutela.

Em consonância com este acréscimo do número de escolas onde é ministrado este nível de ensino, ocorre, no período considerado, um aumento significativo na sua frequência.

No período compreendido entre os anos lectivos de 1990/01 a 2007/2008, regista-se no município de Lisboa um decréscimo expressivo no número de estabelecimentos de Ensino Básico – 1º Ciclo. Segundo as fontes consultadas (DPE, DEJ) esta situação prende-se fundamentalmente com o encerramento dos estabelecimentos que não ofereciam condições de segurança e de salubridade à população-alvo. Refira-se, ainda, que subjacente a esta decisão esteve também presente a necessidade de uma maior adequação e melhor qualificação dos espaços físicos para fazer face às actuais exigências do ensino.

Relativamente ao número de alunos que frequentam este nível de ensino, constata-se que houve um decréscimo progressivo, entre os anos lectivos de 1996/07 e 2002/03. A partir deste último ano lectivo, a tendência da evolução do número de alunos é no sentido de estabilizar até ao último ano lectivo de que dispomos informação (2007/08). A este facto não é alheio as tendências demográficas reconhecidas para o município (diminuição da taxa de natalidade e envelhecimento da população), bem como, os fenómenos de periurbanização ocorridos nos últimos anos.

Relativamente aos níveis de ensino que compreendem os 2º e 3º ciclos e secundário, verifica-se no caso do primeiro uma tendência para uma diminuição progressiva, para os anos lectivos de que dispomos de informação (2000/01 a 2005/06). Em relação ao segundo nível, confirma-se a mesma tendência entre os anos de 2000/01 e 2005/06, constatando-se a partir deste último ano lectivo uma inversão da situação. Por fim, salienta-se que ao nível do ensino secundário se denota um comportamento onde é notória uma quebra progressiva do número de alunos matriculados, facto que está subjacente aos factores anteriormente mencionados.

O quantitativo de alunos inscritos no ensino superior e politécnico sofreu um decréscimo, entre os anos lectivos 2001/02 e 2006/07, representando sensivelmente 11%. Esta situação acaba por reflectir-se nas Universidades, independentemente de serem da rede pública ou privada, notando, contudo, um maior agravamento da situação no ensino privado, na ordem de aproximadamente 25% (DPE, 2008).

Por último, nestas considerações não devemos descurar os objectivos delineados pela Carta Educativa de Lisboa, tendo em vista um reforço da rede escolar pública. Neste sentido, a CML fixou taxas de cobertura da procura para os diferentes níveis de ensino: Educação Pré-Escolar – 25%; 1º Ciclo-54%; 2º. Ciclo-58%; 3º Ciclo-66% e Secundário-78%. Conforme é referido no documento analítico da Carta Educativa, o estabelecimento destas metas “...correspondem a quebrar a tendência de perda de quota que se tem vindo a verificar na última década e, no caso do Pré-Escolar, aponta para um assinalável reforço da oferta pública, elevando a quota de 16% verificada em 2005/2006 para 25%” (pág. 90).

### 8.3 Sociais

De acordo com a informação disponibilizada pelo Departamento de Acção Social constata-se que no município de Lisboa, entre 2002 e 2008, registou-se uma diminuição do número de creches da rede pública (-6), verificando-se, contudo que a capacidade das mesmas sofreu um acréscimo na ordem dos 9% (**QUADRO1**).

**QUADRO 1 – Equipamentos Sociais - CRECHES**

|           |              | 2002 |            | 2008 |            | Variação entre 2002 e 2008 |            |
|-----------|--------------|------|------------|------|------------|----------------------------|------------|
| VALÊNCIAS |              | N    | Capacidade | N    | Capacidade | N                          | Capacidade |
| Creches   | Rede Pública | 111  | 4.549      | 105  | 4.966      | -6                         | 417        |
|           | Lucrativo    | 31   | 1.200      | 50   | 1.836      | 19                         | 636        |

Fonte: CML, Departamento de Acção Social, Junho 2008

Em oposição, regista-se o significativo aumento do número de creches de natureza privada, representando um acréscimo de aproximadamente 61%, face a 2002, e disponibilizando um aumento de vagas em creches de sensivelmente 51%.

De uma forma genérica, para as duas situações - rede pública e privada – nota-se que houve um aumento do número de creches, oscilando entre 142 no ano de 2002 e 155 em

2008, situação que desencadeou o surgimento de mais 1053 lugares em creches, correspondente a um aumento da sua capacidade em 18%. Não obstante, o aumento da capacidade ocorrido, revela-se, ainda, insuficiente para satisfazer as necessidades sentidas a este nível.

Relativamente aos equipamentos direccionados para as faixas etárias de maior idade (**QUADRO 2**), observa-se que na valência de Centro de Dia, ocorreu um suave, quase insignificante, decréscimo no número de estabelecimentos. Verificando-se a mesma tendência, embora com valores mais expressivos, na valência de Lar. De salientar que o maior decréscimo no número de Lares, para os anos considerados, registou-se nos de natureza lucrativa (-43).

QUADRO 2 - Equipamentos Sociais – CENTROS DE DIA, LARES E APOIO DOMICILIÁRIO

|        |                    |              | 2002 | 2008 | Variação entre<br>2002 e 2008 |
|--------|--------------------|--------------|------|------|-------------------------------|
| LISBOA |                    |              | N    | N    | N                             |
|        | Centro de Dia      | N/ Lucrativo | 80   | 79   | -1                            |
|        |                    | Lucrativo    | 1    | 0    | -1                            |
|        | Lar                | N/ Lucrativo | 57   | 52   | -5                            |
|        |                    | Lucrativo    | 77   | 34   | -43                           |
|        | Apoio Domiciliário | N/ Lucrativo | 81   | 88   | 7                             |
|        |                    | Lucrativo    | 3    | 5    | 2                             |

Fonte: CML, Departamento de Acção Social, Junho 2008

Concomitante a esta situação, deparamos com o significativo aumento do número de equipamentos vocacionados para o apoio domiciliário, facto que poderá indiciar que se trata de uma nova resposta ou alternativa para manter a autonomia do indivíduo idoso e não o afastando do seu ambiente familiar.

Tal como se verificou no equipamento escolar, o Município de Lisboa estabeleceu, igualmente, taxas de cobertura para cada uma das valências dos equipamentos de natureza social, necessárias para orientar e fundamentar o planeamento urbano no território da cidade. Neste sentido, as taxas de cobertura que foram adoptadas para a realidade concelhia são: Creches (50%); Centro de Dia (5%); Centro de Convívio (5%); Lar (5%); Residências (5%) e Serviço de Apoio ao Domicílio (5%).

Segundo o Departamento de Acção Social, a cobertura existente para uma das valências consideradas, face à população de 2001, apresentava em 2008 os seguintes valores:

Creches – 37%; Centro de Convívio – 1,2%; Centro de Dia-3,5%; Lares-1,9%; Residência-0,3%; Serviço de Apoio Domiciliário-3,5%.

Comparando estes valores com os rácios de referência, considerados pela autarquia como sendo os adequados para a satisfação das necessidades básicas da população residente, verifica-se, no entanto, que as taxas obtidas para o ano de 2008 se encontram abaixo dos níveis desejados. Seria interessante comparar estas taxas com as do início da década de 90, mas infelizmente não é possível atendendo à inexistência de informação. Contudo, segundo o serviço da CML com competência nesta matéria houve uma evolução positiva nestes últimos anos, atendendo a que os rácios definidos para estes últimos anos terem sido alterados para níveis superiores.

#### 8.4 Desporto

A informação utilizada para analisar a evolução dos equipamentos desportivos de tipologia de base refere-se temporalmente aos anos de 1993 e 2008. Salienta-se que o primeiro elemento de comparação é o ano de 1993 pelo facto da informação referente a este ter servido de suporte à elaboração da Carta Municipal de Equipamentos Desportivos que veio a integrar o PDM de 1994.

Comparando o número de equipamentos desportivos de base existentes no município de Lisboa, e os respectivos valores referentes à Área Desportiva Útil (ADU) (**QUADRO1**), conclui-se que entre 1993 e 2008 houve um acréscimo de 282,254 m<sup>2</sup> na ADU, em todas as valências de base consideradas. Esta situação reflecte-se num aumento na ordem de 0,67 m<sup>2</sup> por habitante, para os anos considerados.

É de referir que não são contempladas na ADU alguns espaços existentes no território urbano da cidade que se encontram afectos a actividades desportivas, considerados por serem de natureza mais informal, facto que poderia eventualmente alterar, embora de uma forma ténue, o rácio referente à área desportiva útil por habitante.

## QUADRO 1 – Equipamentos Desportivos

|           |                      | 1993 |          |                | 2008  |          |                | Variação entre 1993 e 2008 |                |
|-----------|----------------------|------|----------|----------------|-------|----------|----------------|----------------------------|----------------|
|           |                      | N    | ADU (M2) | ADU (M2) /HAB) | N     | ADU (M2) | ADU (M2) /HAB) | ADU (M2)                   | ADU (M2) /HAB) |
| LISBOA    |                      |      |          |                |       |          |                |                            |                |
|           | Pavilhões            | 286  | 86.419   |                | 475   | 130.008  |                | 43.589                     |                |
|           | Salas de Desporto    |      |          |                |       |          |                |                            |                |
| Valências | Campo Grandes Jogos  | 85   | 329.613  |                | 71    | 378.979  |                | 49.366                     |                |
|           | Campo Pequenos Jogos | 291  | 207.491  |                | 504   | 351.081  |                | 143.590                    |                |
|           | Pistas de Atletismo  | 17   | 20.824   |                | 38    | 54.529   |                | 33.705                     |                |
|           | Piscinas             | 20   | 6.565    |                | 71    | 18.569   |                | 12.004                     |                |
| TOTAL     |                      | 699  | 650.912  | 0,98           | 1.159 | 933.166  | 1,65           | 282.254                    | 0,67           |

Fonte: CML, Departamento de Desporto, Junho 2008

Salienta-se da leitura do **QUADRO 1** o grande investimento público na construção de “Campos de Pequenos Jogos”, representando não apenas um acréscimo de 213 unidades face a 1993, mas contribuindo, igualmente, para o aumento de aproximadamente 50% de ADU, entre os dois anos considerados.

Atendendo aos indicadores de afectação de superfícies desportivas recomendados pelo Conselho da Europa e pela UNESCO (4 m2/hab.), o município de Lisboa apresenta para cada um dos anos, valores que oscilam entre 0,98 e 1,65 m2/hab. Apesar da confirmação do aumento do rácio deste indicador, verifica-se, contudo, que o valor obtido não atinge ainda os níveis desejados e regulamentados.

De acordo com o Departamento do Desporto da CML, não é territorialmente possível satisfazer as carências calculadas com base no índice dos 4m2 de ADU/hab. Neste sentido, e em concordância com o Instituto de Desporto de Portugal, estabeleceu-se um índice (2,8 m2/hab), cujo valor se revela mais equilibrado face à procura e às características do território da cidade de Lisboa.

Contudo, não podemos negligenciar o facto de ter havido nestes últimos anos um esforço no sentido de satisfazer as necessidades da população nesta área específica, através da construção de alguns novos equipamentos e da recuperação/reabilitação de já existentes.

De referir ainda, a existência de algumas freguesias no município que apresentam uma variação negativa da sua Área Desportiva Útil, para o espaço temporal considerado (1993-2008) - Beato, Benfica, Castelo, Graça, Mercês, Penha de França, Prazeres, Sacramento, Santa Isabel, Stº. Condestável, S. José, Socorro, Santiago e Stº. Estevão. Tal situação poderá dever-se por um lado, a ter-se registado um acréscimo populacional em algumas das

freguesias e por outro, a decisões políticas e técnicas que direccionaram o investimento para outras áreas do território da cidade.

Identificando-se, ainda, outras freguesias desprovidas de Área Desportiva Útil que se localizam em áreas completamente consolidadas, como é o caso da Madalena, Mártires, Santa Justa e S. Cristovão/S. Lourenço.

## **8.5 Cultura**

O estatuto da cidade de Lisboa, enquanto capital nacional, a concentração de recursos humanos qualificados e de sedes de empresas e de serviços com projecção nacional e internacional, são factores que lhe conferem um maior protagonismo aos níveis político, económico, social e cultural. Neste âmbito, a dinamização e valorização cultural e patrimonial do município pode e deve surgir como uma estratégia para um mais adequado desenvolvimento sustentável da cidade, indo ao encontro da melhoria da qualidade de vida da sua população.

De acordo com a informação estatística apresentadas nas fichas deste Relatório (códigos 127 a 133), salienta-se o aumento de Bibliotecas, de Galerias de Arte, de Museus e de Recintos Culturais registado no município, fundamentalmente a partir da primeira década do séc. XXI. De referir, ainda, que este aumento e diversificação da oferta cultural é acompanhado por uma crescente frequência dos mesmos, situação que poderá não reflectir apenas a qualidade e a modernização dos espaços e serviços implementados pelos mesmos, mas, igualmente, as estratégias de divulgação e de marketing criadas pelas entidades gestoras de cada um deles.